

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.575 - RS (2018/0306911-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **MINI MERCADO GOLDANI LTDA**
AGRAVANTE : **OLI BATISTA GOLDANI**
AGRAVANTE : **MARIA CLARICE DOS SANTOS GOLDANI**
ADVOGADO : **CARLOS EDUARDO DE LA TORRES DIAS - RS054063**
AGRAVADO : **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA**
ADVOGADO : **GUSTAVO DAL BOSCO - RS054023**
ADVOGADA : **PATRICIA FREYER E OUTRO(S) - RS062325**
SOC. de ADV. : **DAL BOSCO ADVOGADOS**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 283 do STF, 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 221/227).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 177):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. DECLARAÇÃO DO *QUANTUM* DEVIDO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. AUSÊNCIA. REJEIÇÃO MANTIDA.

Nos termos do art. 917, §§3º e 4º do CPC, alegando o excesso de execução, impõe-se ao embargante o ônus de apontar o valor efetivamente devido, fazendo a inicial acompanhar-se de memória de cálculo a demonstrar a exatidão do valor apurado.

Caso concreto em que a parte embargante limita-se a alegar o excesso e abusividade do contrato sem sequer indicar quais cláusulas seriam abusivas ou em qual encargo recai o excesso.

Desatendido o disposto no CPC, é de ser mantida a rejeição.

APELO DESPROVIDO, POR MAIORIA, VENCIDA A DESA. ANA LUCIA.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 190/202), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, os recorrentes apontaram ofensa ao art. 321 do CPC/2015. Sustentaram, em síntese, a possibilidade de intimação da parte para emendar a inicial, a fim de juntar memória de cálculo e declarar o valor que entende devido.

No agravo (e-STJ fls. 229/250), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 254/266).

É o relatório.

Decido.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, em sede de embargos à execução, a parte embargante deve indicar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória de cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento (art. 917, §§ 3º e 4º, do CPC/2015), vedada a emenda à inicial. Nesse sentido, vejamos os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE

Documento: 103929390

Página 1 de 2

INSTRUMENTO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. EXCESSO DE EXECUÇÃO. VALOR CORRETO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. NECESSIDADE. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Não ficou configurada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, apontado excesso de execução nos embargos do devedor, incumbe ao embargante indicar o valor que entende correto, apresentando memória discriminada de cálculos, sob pena de rejeição liminar do pedido ou de não conhecimento desse fundamento, vedada a emenda à inicial.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 1.178.859/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 27/9/2019.)

PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS E DE APRESENTAÇÃO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO. INDEFERIMENTO LIMINAR. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "Conforme entendimento assente na jurisprudência desta Corte Superior, quando o fundamento dos embargos for excesso de execução, cabe ao embargante, na petição inicial, a indicação do valor que entende correto e a apresentação da memória do cálculo, sob pena de indeferimento liminar, sendo inadmitida a emenda da petição inicial" (AgInt nos EDcl no REsp n. 1.333.388/PR, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.028.213/MS, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 26/8/2019, DJe 2/9/2019.)

Assim, como o Tribunal de origem julgou a causa em sintonia com a jurisprudência desta Corte, incide a Súmula n. 83/STJ ao caso.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator